

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL: DA ALDEIA CÓRREGO GRANDE - ETNIA BOE-BORORO, EM SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER – MT

Rosa Maria Pereira da Silva¹

RESUMO O projeto aborda os desafios enfrentados pela etnia Boe-Bororo, que sofre com conflitos territoriais, ameaças ambientais (como a construção da PCH Mantovilis) e o apagamento cultural, incluindo a perda da língua nativa e a expansão do agronegócio, tendo as queimadas e desmatamentos como consequências. O principal objetivo é analisar as representações socioespaciais e culturais da etnia Boe-Bororo, buscando criar uma cartografia indígena com uma abordagem não hegemônica. A pesquisa prioriza a valorização da cultura desse povo, utilizando o mapeamento participativo para defender seus direitos territoriais e fortalecer sua autonomia. A aldeia Córrego Grande, no Território Indígena Tereza Cristina (MT), será o foco, utilizando cartografia social e etnomapeamento para evidenciar suas lutas e reivindicações. Embora enfrente desafios como problemas ambientais e de demarcação, o trabalho busca mostrar como essas metodologias ajudam a fortalecer a identidade indígena e potencializar suas vozes em contextos políticos e judiciais. A pesquisa destaca a importância da territorialidade indígena, que vai além da dimensão física, abrangendo aspectos simbólicos, culturais e espirituais. Baseia-se em conceitos como território (Raffestin, 1993), Territorialidade, Lugar e representações socioespaciais, além da cartografia crítica e etnomapeamento (PNGATI, 2012). A pesquisa dialoga com autores como Almeida (2004), Machado (2014) e Souza (2021), destacando a multiterritorialidade e a importância da participação indígena na gestão territorial. A abordagem é qualitativa e participativa, com métodos como etnografia, pesquisa documental e estudo de caso

Palavras-chave: Cartografia Social, Etnomapeamento, Boé - Bororo, Territorialidade Indígena

ABSTRACT The project addresses the challenges faced by the Boe-Bororo ethnic group, which suffers from territorial conflicts, environmental threats (such as the construction of the Mantovilis hydroelectric plant), and cultural erasure, including the loss of its native language, as well as the expansion of agribusiness, resulting in fires and deforestation. The main objective is to analyze the socio-spatial and cultural representations of the Boe-Bororo ethnic group, seeking to create an Indigenous cartography with a non-hegemonic approach. The research prioritizes the appreciation of the culture of these people, using participatory mapping to defend their territorial rights and strengthen their autonomy. The Córrego Grande village, in the Tereza Cristina Indigenous Territory (MT), will be the focus, using social cartography and ethnomapping to highlight their struggles and demands. Although it faces challenges such as environmental and demarcation issues, the work seeks to show how these methodologies help strengthen Indigenous identity and empower their voices in political and judicial contexts. The research highlights the importance of Indigenous territoriality, which goes beyond the physical dimension, encompassing symbolic, cultural, and spiritual aspects. It is based on concepts such as territory (Raffestin, 1993), territoriality, place, and socio-spatial representations, as well as critical cartography

¹Mestranda em Geografia – UFMT. Membro do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade – GECA/UFMT. Graduada em Pedagogia pela Faculdade Integrada Cândido Rondon (2013), e em Letras pela Faculdade INVEST (2022). Pós-Graduação em Educação Infantil pela Faculdade INVEST (2016), e em Diversidade e Educação Inclusiva no Contexto das Ciências Naturais pela UFMT (2018). Acadêmica de Geografia – UFMT. mariaflor433@gmail.com;

and ethnomapping (PNGATI, 2012). The research engages with authors such as Almeida (2004), Machado (2014), and Souza (2021), highlighting multi-territoriality and the importance of Indigenous participation in territorial management. The approach is qualitative and participatory, using methods such as ethnography, documentary research, and case studies.

Keywords: Social Cartography, Ethnomapping, Boé-Bororo, Indigenous Territoriality

INTRODUÇÃO

Os indígenas Boé-Bororo, são a etnia hoje conhecida como Bororo, que na língua nativa significa “pátio da aldeia”. Ou seja, essa denominação está relacionada com a configuração sócio-espacial das casas tradicionalmente dispostas formando um pátio circular no centro da aldeia. O pátio da aldeia configura espacialmente a sua estrutura social, assim como constitui o lugar de convívio e de realização das práticas socioculturais desse povo.

A aldeia é organizada por um conjunto de casas em círculos. Para os Bororos, a organização espacial das casas em círculos tem um profundo significado simbólico e cultural. (Novaes, 2006). Esse modelo circular reflete não apenas a organização social, mas também as crenças e cosmologia dessa etnia. Logo ao centro da aldeia, a casa dos homens ou centro político (Baito), ao lado do Baito, encontra-se o local onde se realizam as mais importantes cerimônias (Novaes, 1986). Ela é formada por residências que preservam não apenas a mesma separação entre elas, mas também a mesma distância em relação ao núcleo da comunidade (esfera política e jurídica), revela de forma evidente que se trata de uma sociedade justa, conforme pode ser visto na figura 1.



Figura 01: Organização Social dos Bororo – Boe

Fonte: Foto Sylvia Caiuby Novaes, 1971

Sua organização social é complexa e rígida, porém, são autônomos e têm a aldeia como sua própria unidade política. A organização social é influenciada pela exogamia, ou seja, regra de casamento entre aldeias diferentes, baseado no sistema matrilinear, onde os clãs e linhagens são formados a partir da descendência da mãe. Os distintos grupos que a integram (clãs, famílias, linhagens) estabelecem entre si uma conexão de complementaridade em suas diversidades, ao invés de uma dinâmica de dominação e submissão, como se observa em nossa sociedade (dinâmica que também pode ser percebida pela organização das casas em qualquer uma de nossas grandes metrópoles). Geralmente, em cada casa, podem viver até 3 famílias, sendo que se concentram nos cantos da casa, jamais no centro, deixando o livre, local estabelecido para receberem as visitas. (Novaes, 2006). Os Bororos possuem uma rica vida cerimonial, cheio de cultura e simbolismo, destacando-se pela realização de práticas que refletem uma profunda conexão entre o homem, a natureza e o sagrado.

Dentre as práticas culturais, que transcendem gerações, destaca-se a festa do milho, e o funeral bororo. É durante o ritual fúnebre que são realizados os rituais de passagem, ou de iniciação masculina, outro ritual importante na cultura dos Bororos, que falaremos em um outro momento. Para eles, o fim do corpo terreno simboliza o renascimento, a morte não é vista como o fim, e sim como o princípio da vida na aldeia dos mortos (Novaes, 2006). Esse ritual cheio

de simbolismo, e de longa duração, representa o momento em que suas identidades se afirmam e reforçam suas alianças entre eles.

A principal forma de comunicação é a língua Bororo, que faz parte do grupo linguístico Macro-jê. Entretanto, a língua portuguesa está incluída na grade curricular da educação Escolar Indígena, e é usada para comunicação com os não indígenas. Para os Bororos, assim como para os demais povos originários, a terra é muito mais além da mera dimensão econômica, ou seja, de propriedade privada, firmando um profundo significado simbólico, cultural e espiritual expresso na sua organização socioespacial e territorialidade. A ocupação territorial dos Bororos em determinadas “zonas e subzonas fisiográficas e ecológicas” de exploração denominadas: Boku (cerrados), Boe Éna Jaka (transição) e Itúra (mata).

Cada zona ecológica representa um sistema integrado dos elementos naturais constituintes e o homem e, conseqüentemente, a autodenominação enquanto grupo social. A saber, os habitantes do Cerrado (Boku Mógorége) correspondem aos Bororos das Aldeias de Meruri, Sangradouro e Garças; para os habitantes das matas (*Itúra Mogorége*) Bororos das Aldeias de Jarundi, Pobori e Tamarimana; para os habitantes das plagas do peixe pintado (*Orari Mógo Dóge*) Bororós das aldeias de Córrego Grande e Piebaga. Atualmente, os Bororos aldeias de Córrego Grande e Piebaga, que formam a TI Tereza Cristina, têm como principal meio de subsistência a agricultura, porém subsidiem também do comércio de artesanato, pesca e prestação de serviços em algumas comunidades rurais aos redores da TI (Povos indígenas do Brasil, 2024).

Os Bororos, em 2014 possuía uma população de aproximadamente 1817 (um mil, oitocentos e dezessete) indivíduos (Siasi/Sesai, 2014) distribuídos em 6 Terras Indígenas (TI), demarcadas no Estado de Mato Grosso, em uma área equivalente a 0,1% do seu território tradicional. Das TIs existentes, apenas as de Meruri, Perigara, Sangradouro/Volta Grande e Tamarimana estão registradas e homologadas. A TI Jarundori foi reservada aos indígenas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), mas foi sendo continuamente invadida e a TI Teresa Cristina, formada pelas aldeias Córrego Grande e Piegaba, estava sob judice, uma vez que sua delimitação foi derrubada por decreto presidencial. (Povos Indígenas do Brasil, 2024).

Constata-se que, embora a Constituição Brasileira e marcos legais² que reconhecem os direitos territoriais e coletivos dos povos originários, os Bororos enfrentam constantes disputas pela posse da terra, gestão de seu território e luta por acesso aos bens naturais, primordiais para o exercício de sua cultura.

As terras indígenas, mesmo quando legalmente demarcadas, são delimitadas por fronteiras geográficas estabelecidas e fixadas previamente, desconsiderando os territórios existenciais, vividos e os espaços de reprodução da vida, que extrapolam esses limites legalmente definidos. Muitas aldeias, mesmo tendo terras demarcadas, encontram dificuldades para a sua reprodução física, social e cultural, o que muitas vezes ocasiona conflito nas relações com os não indígenas, quer seja pela posse física do espaço e desrespeito aos territórios simbólicos, quer seja pelo acesso aos recursos naturais, como Machado, (2024) chama a atenção:

A luta pela demarcação dos territórios indígenas é, ainda, um dos pontos principais para garantir a sobrevivência desses povos. Mas muitas terras indígenas já estão demarcadas e passam por outros desafios para manter seus territórios com seus recursos naturais e suas representações culturais. (Machado, 2024, p. 56).

A Terra Indígena (TI) Tereza Cristina, localizada no município de Santo Antônio de Leverger, antiga Colônia Indígena do mesmo nome, constitui um exemplo emblemático desse processo. Sua primeira demarcação em 1896, pelo engenheiro militar Marechal Cândido Rondon, e dos 66 mil hectares (atualmente com 25.694 há) destinados aos Bororo nesse período, 30 mil foram usurpados dos indígenas ao longo do tempo em razão da política fundiária, por atos arbitrários, contrários aos interesses da União. A área de terras demarcada por Rondon, no entanto, jamais deixou de ser referência dos indígenas e objeto permanente de suas reivindicações (Povos Indígenas do Brasil, 2024). O processo de demarcação, como é o caso da TI Teresa Cristina, anteriormente realizado com limites inferiores aos adequados, compromete e prejudica de forma significativa o direito desse povo à terra e acesso aos recursos naturais.

² Direitos expressos no artigo 231 da Constituição Federal de 1988, Lei 6001 de 1973 e o Decreto número 1775 de 1996: a) Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas, b) Reservas Indígenas, c) Terras Dominiais e d) Terras Interditadas.

Além disso, a proposta de construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Mantovilis na região, instalada no rio Madeira com trecho no rio Mutum, agravou muito mais essa situação. A usina iniciou sua operação em 2013 e foi outorgada em 2017. Apesar da existência de normativas legais e pareceres técnicos e jurídicos que atestam sua regularidade, segundo indicado no relatório da Declaração de Utilidade Pública (DUP). (**Parecer nº 179/2017/PF ANEEL/PGF/AGU** – De 8 de maio de 2017). No entanto, no referido documento, não apresenta detalhes essenciais sobre o impacto ambiental e social decorrente da desapropriação e da construção da referida PCH, aspectos fundamentais em empreendimento desse porte.

A construção dessa usina, trouxe impactos ambientais negativos, incluindo alteração no ecossistema fluvial, deslocamento de comunidades, emissões de gases de efeito estufa e intensificação de conflitos com as comunidades indígenas. Além disso, surgem impactos sociais e preocupações crescentes com a conservação da biodiversidade do local, exigindo um debate mais aprofundado sobre os reais impactos do empreendimento e adoção de medidas eficazes para mitigar seus danos e preservar os direitos territoriais dos Bororos.

Outra adversidade enfrentada pelos Bororos é o processo de apagamento da língua Boe, que está ameaçada de extinção devido à forte influência da língua portuguesa e à diminuição do número de falantes fluentes entre as gerações mais jovens. A preservação da língua Bororo é importante para manter a riqueza cultural desse povo e garantir que seu patrimônio imaterial continue vivo.

Diante desse contexto, surge uma questão essencial: de que maneira a formulação de políticas voltadas à demarcação e gestão territorial, previstas em lei, se convertam em uma ação que atenuar os conflitos socioambientais e atue em consonância com o direito cultural pela posse daquilo que lhe é de direito, a terra? De que maneira o mapeamento participativo fortalece a identidade e autonomia indígena ao registrar seus conhecimentos e cosmologias de maneira visualmente acessível, potencializando sua voz em contextos políticos e judiciais?

Conjectura-se que a formulação de políticas públicas voltadas à demarcação territorial e a resposta aos desafios ambientais e culturais enfrentados pelos povos originários passa necessariamente pela compreensão simbólica e cultural do seu território, ou seja, de sua territorialidade. Reconhecer a relação intrínseca entre os povos indígenas e suas terras (territorialidade) e a valorização dos saberes tradicionais constituem elementos essenciais para garantir a manutenção da cultura e *modus vivendi* desse povo, e consequentemente efetivação

de seus direitos territoriais. Destarte, a inclusão efetiva da comunidade no processo de tomada de decisão e adoção de metodologias participativas são procedimentos primordiais para garantir que seus direitos sejam respeitados e que sua identidade permaneça viva para as futuras gerações.

O mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas é denominado de etnomapeamento. Essa ferramenta de gestão ambiental do território indígena, está previsto pelo Decreto nº 7747, de 5 de julho de 2012, que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de terras Indígenas (PNGATI) cujo objetivo consiste em preservar o patrimônio indígena, e toda sua cultura e qualidade de vida, respeitando sua autonomia sociocultural, (Brasil, 2012) como pode ser corroborados no marco legal a seguir:

“DECRETO Nº 7.747, DE 5 DE JUNHO DE 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, com o objetivo de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º São ferramentas para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas o etnomapeamento e o etnozoneamento.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, consideram-se:

I – Etnomapeamento: mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas; e

II – Etnozoneamento: instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento”.

Sendo assim, à medida que a territorialidade desses povos é respeitada e valorizada, a política de gestão de territórios indígenas, estabelecida pelo Decreto acima, se materializa em ações concretas que fortalecem sua autonomia e asseguram seus direitos.

Atuar nesse espaço social é essencial para defender, apoiar e promover a competência necessária para a conservação desses territórios e culturas, garantindo que as tradições e os

saberes ancestrais sejam valorizados e protegidos. Dessa forma, a cartografia não apenas planeja a gestão territorial, mas também desempenha um papel importante em diversas áreas, contribui ativamente para a manutenção do equilíbrio entre o desenvolvimento humano e a preservação ambiental, especialmente no que diz respeito aos povos indígenas e seus direitos.

Denominada de cartografia crítica, essa abordagem cartográfica se destaca por seu forte enfoque social, propondo uma nova forma de análise da realidade que vai além da mera representação espacial. Seu objetivo não se limita à busca por elementos qualitativos, mas também visa romper com a tradicional separação entre sujeito e objeto, característica da cartografia convencional. Nessa proposta teórico-metodológica, os sujeitos que habitam e vivenciam os espaços e territórios são os protagonistas na construção dos mapas. Eles elaboram essas representações a partir de suas percepções, experiências e práticas socioespaciais e culturais cotidianas, refletindo assim uma visão mais autêntica e engajada do território. (Acselrad, 2013; Gorayeb, 2014). Essa perspectiva não apenas democratiza o processo de mapeamento, mas também valoriza os saberes locais, fortalecendo a autonomia e a identidade das comunidades envolvidas.

Ao contrário da demarcação e mapeamento convencional de territórios que possui como seu protagonista, o Estado, a cartografia social busca construir mapas de forma crítica e participativa, demarcando e caracterizando espacialmente contextos territoriais conflituosos a partir de seus símbolos (Gorayeb; Meireles, 2014). O grande foco de abordagem está em analisar o conjunto de representações do cotidiano dos grupos sociais com a incorporação dos aspectos naturais, culturais, ideológicos, bem como a demonstração de conflitos existentes no território.

Ancorada nos pressupostos teóricos e metodológicos do mapeamento social e etnomapeamento, o presente trabalho propõe utilizar como ferramenta analítica o mapeamento participativo dos bororos na aldeia Córrego Grande, localizado no município de Santo Antônio de Leverger, Mato Grosso, conforme representado no Mapa da Terra Indígena Tereza Cristina - Figura 2 – a seguir.

Figura 2: Terra Indígena Tereza Cristina

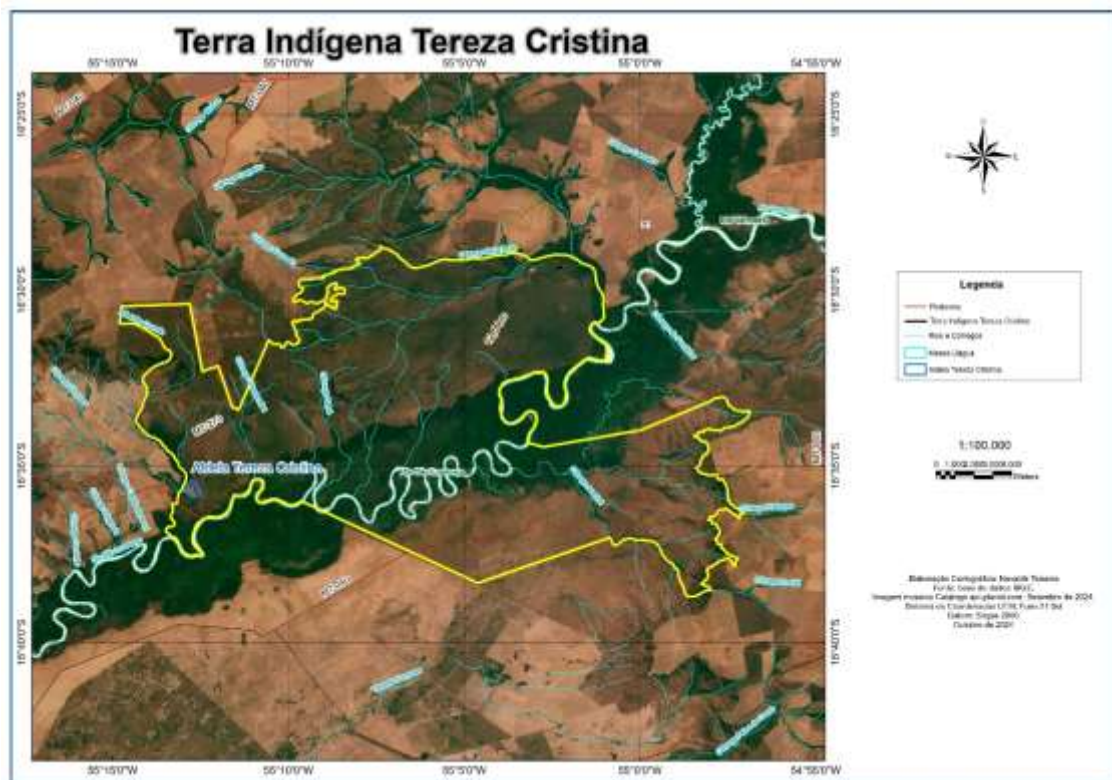


Figura 2: Terra Indígena Tereza Cristina

Fonte: Própria autora

A aldeia, que compõe a TI Teresa Cristina, está localizada perto da confluência do Córrego Grande com o Rio São Lourenço e próximo a Serra dos Coroados (nome dado aos antigos bororo). Sua constituição advém dos antigos Bororos, denominados pelos primeiros colonizadores de “Coroados” em decorrência da utilização de um grande cocar, denominado na língua bororo de Pariko. Essa aldeia é referenciada na literatura pelos pesquisadores como “o berço da cultura do Povo Bororo,” assim como, aquela que melhor manteve as características da estrutura sociocultural bororo em termos de estrutura geográfica e política.

O rio principal é o São Lourenço, e é o principal corpo d’água da região, enquanto os córregos e o Ribeirão Grande formam a rede hidrográfica local. Como pode ser observado no mapa abaixo, que identifica os rios que cortam e margeiam o território indígena.

Além de possuir uma rica hidrografia, A TI Teresa Cristina, apresenta distribuição em dois biomas, o Cerrado, bioma predominante na região, caracterizado por savanas, vegetação arbustiva e áreas de transição. E o Pantanal, bioma conhecido por suas áreas alagadas e biodiversidade única. A distribuição dos biomas é essencial para a subsistência da comunidade indígena, influenciando atividades como agricultura, pesca e coleta de recursos naturais e sua

preservação é necessária para manter a biodiversidade e os modos de vida tradicionais da Aldeia Córrego Grande.

Deve-se considerar que a segurança da reprodução físico-cultural da aldeia Córrego Grande não depende apenas de uma delimitação territorial, mas também da manutenção da integridade de seu lugar de vivência, que pode e deve ser cartografado segundo seus saberes e representações identitárias e territorialidades. O desenvolvimento desse modelo de representação territorial a partir das representações socioespaciais e culturais da etnia Boe-Bororo, já existe no espaço simbólico indígena (Tomaz; Barros; Marques, 2013, p. 276) e pode ser materializado e espacializado por meio da análise e pesquisa. Em outros termos, a representação territorial a partir dos pressupostos teórico-metodológico que norteia, a cartografia social/etnomapeamento possibilita materializar o que já existe no simbólico, possibilitando a gestão territorial e ambiental de forma participativa e respeitosa às tradições e conhecimentos locais, assim como, de lugares sagrados e de grande valor simbólico.

2 OBJETIVO GERAL

Analisar as representações socioespaciais e culturais da etnia Boe-Bororo, com a finalidade de construir uma cartografia indígena fundamentada em uma perspectiva não hegemônica, ancorada na cultura, na identidade desse povo, que sirva como instrumento para a defesa de seus direitos territoriais e fortalecimento de sua autonomia.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Utilizar o mapeamento participativo para identificar e mapear as representações socioespaciais na aldeia Córrego Grande: lugares de significado espiritual (sagrados), históricos e simbólicos (rotas de caça, pesca ou coleta e áreas de uso comum da comunidade e moradia);
- Identificar os aspectos socioterritoriais relacionados à simbologia, vivências e produção de alimentos e como se manifestam no espaço da aldeia;
- Identificar como as práticas culturais, línguas e cosmologia influenciam na percepção e se manifestam no uso do espaço;
- Correlacionar as representações socioespaciais como: lugares de significado espiritual (sagrados), históricos e simbólicos (rotas de caça, pesca ou coleta e áreas de uso comum

da comunidade e moradia);

- Elaborar a cartografia social do território indígena integrando os saberes culturais (etnomapeamento) com conflitos e demandas territoriais (cartografia social), apontando a sua contribuição para a preservação cultural, fortalecimento identitário e reivindicação de direitos territoriais.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

Faz-se necessário compreender as dinâmicas espaciais e as complexas relações entre sociedade e espaço, especialmente no contexto dos povos tradicionais e suas territorialidades específicas, é necessário partir de uma discussão teórica aprofundada sobre os conceitos de território, territorialidade, lugar e representações sociais. Esses conceitos são essenciais para analisar como os povos indígenas constroem, significam e vivem seus territórios, destacando a relevância de suas territorialidades, lugares e representações simbólicas. Essa discussão teórica não apenas embasa análises sobre a gestão territorial, mas também orienta a implementação de políticas públicas que respeitem e valorizem as especificidades culturais e espaciais desses grupos.

O território, conforme Raffestin (1993), transcende uma mera delimitação geográfica, envolvendo relações de poder, apropriação e significados simbólicos. Ele é entendido como uma construção social, resultante da interação humana com o espaço, mediada por dinâmicas de identidade e controle. Já a territorialidade refere-se às práticas e estratégias que os grupos sociais desenvolvem para ocupar, controlar e atribuir significados aos seus espaços. No caso dos povos indígenas, a territorialidade está intrinsecamente ligada à sua cultura, história e modos de vida, desempenhando um papel importante na manutenção de suas identidades e autonomia. Como destaca Teixeira (2010), o conceito de território tem sido amplamente discutido e desenvolvido por meio de diferentes abordagens teóricas, cada uma refletindo métodos e interpretações particulares da realidade.

O lugar, na perspectiva da Geografia Cultural, é concebido como um espaço impregnado de significados e experiências humanas. O lugar não se reduz a um ponto no mapa, mas é um espaço vivido, onde se estabelecem relações afetivas, culturais e simbólicas. Para as comunidades tradicionais, o lugar é o cenário de suas práticas cotidianas, rituais e interações com o ambiente, constituindo-se como um elemento central de sua identidade e pertencimento.

É no lugar que se materializam as conexões entre o indivíduo, a comunidade e o espaço, reforçando laços culturais e históricos.

As representações sociais, por sua vez, são construções simbólicas elaboradas pelos grupos sobre o espaço, refletindo suas visões de mundo, valores e práticas culturais. Na Geografia Cultural, as representações sociais são fundamentais para compreender como os grupos se relacionam com o espaço e como atribuem significados a ele. No contexto indígena, essas representações estão profundamente ligadas a mitos, histórias e saberes tradicionais, que orientam sua relação com o território e o meio ambiente. Elas não apenas expressam a cosmovisão desses povos, mas também reforçam sua resistência e resiliência frente a pressões externas.

Ao integrar esses conceitos, é possível realizar uma análise mais profunda e contextualizada das dinâmicas espaciais e culturais dos povos tradicionais. Compreender como esses grupos constroem e significam seus territórios permite destacar a importância de políticas públicas que respeitem suas especificidades culturais e espaciais. Essa abordagem teórica não apenas enriquece o debate acadêmico, mas também oferece subsídios para práticas de gestão territorial mais justas e inclusivas, garantindo o reconhecimento e a valorização dos saberes e direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Ao realizar análises de produções sobre cartografia social e seus avanços ao longo dos anos, percebe-se que a cartografia social tem se destacado como ferramenta importante para o mapeamento e representação dos saberes e territórios. Para isso, a criação de mapas com participação comunitária é usada como instrumento de defesa de seus direitos, onde comunidades, agora com voz ativa, podem reivindicar seus direitos e (re)afirmar como sujeitos de suas próprias culturas e diversidades, tradições e histórias e identidades.

Segundo Almeida, (2004) a cartografia social começou a se desenvolver a partir dos anos 90, com o projeto Nova Cartografia da Amazônia, e continua em constante evolução, atendendo às necessidades sociais de diferentes grupos e comunidades. A Nova Cartografia Social da Amazônia tem sido fundamental para o mapeamento participativo de territórios tradicionais (Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, s.d.).

Diversas abordagens que sustentam a cartografia social questionam e superam a perspectiva eurocêntrica da cartografia tradicional, integrando conceitos fundamentais como o conhecimento local, o engajamento comunitário, o empoderamento das populações e a defesa dos direitos territoriais. Essa nova visão busca valorizar os saberes das comunidades,

reconhecendo sua importância na representação e na gestão dos territórios. Dessa forma, a cartografia social não apenas amplia o entendimento sobre o espaço geográfico, mas também fortalece a autonomia e a participação dos grupos sociais na luta pela preservação de suas identidades e territórios.

Essas abordagens geográficas desempenham um papel crucial na compreensão do espaço e das dinâmicas das interações espaciais, particularmente em contextos de relevância ambiental e sociocultural. A implementação de métodos participativos em tais áreas revela-se essencial, embora enfrentam desafios significativos, como a exploração desenfreada de recursos naturais e a pressão exercida por grandes empreendimentos sobre territórios indígenas. Além disso, diversos estudos sobre o referido tema, destacam a vulnerabilidade socioeconômica dessas comunidades, os conflitos territoriais persistentes e as dificuldades de acesso a essas regiões como obstáculos centrais. A garantia de uma participação ativa e efetiva das comunidades indígenas nos processos decisórios emerge, portanto, como uma necessidade imperativa, não apenas para a preservação de seus direitos e modos de vida, mas também para a construção de um diálogo mais equitativo e sustentável entre os diversos atores envolvidos. Esses desafios, longe de serem meramente técnicos, refletem tensões profundas entre modelos de desenvolvimento hegemônicos as demandas por justiça socioambiental, exigindo abordagens interdisciplinares e comprometidas com a transformação social.

O estudo conduzido por Barros (2013) nas terras indígenas Uaçá, Galibi e Juminã, localizadas no estado do Amapá, evidencia o potencial do etnomapeamento como uma ferramenta estratégica para o suporte à classificação de tipologias florestais. Essa abordagem inovadora integra o conhecimento tradicional dos povos indígenas com técnicas cartográficas modernas, permitindo uma compreensão mais detalhada e contextualizada dos ecossistemas locais. Ao valorizar os saberes ancestrais e combiná-los com metodologias participativas, o etnomapeamento não apenas contribui para a identificação e conservação dos recursos naturais, mas também fortalece a autonomia e a gestão territorial das comunidades indígenas.

Dessa forma, o estudo destaca a importância de abordagens que reconheçam e incorporem as perspectivas locais, promovendo um diálogo entre ciência e tradição em prol da sustentabilidade socioambiental. Por meio de técnicas de sensoriamento remoto, os pesquisadores conseguiram obter uma visão mais detalhada e precisa da paisagem local. A pesquisa realizada mostrou uma correspondência de 75% entre os mapas produzidos a partir do conhecimento indígena e os dados coletados em campo. Esse resultado evidencia a riqueza e a precisão do conhecimento tradicional, que pode ser fundamental para complementar as

informações obtidas por meio de imagens de satélite, especialmente em regiões onde a presença constante de nuvens prejudica a qualidade das imagens.

Sob a mesma perspectiva, Souza e Medeiros (2021), em seu estudo intitulado A implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) em Mato Grosso, enfatizam a relevância da participação ativa dos povos indígenas no processo de implementação dessa política. Os autores destacam que a inclusão dos interesses, saberes e perspectivas dessas comunidades é essencial para assegurar uma gestão territorial eficaz e alinhada com suas necessidades e tradições. A PNGATI é reconhecida como um instrumento estratégico não apenas para a proteção e o manejo sustentável das terras indígenas, mas também para a promoção da conservação ambiental em escala mais ampla. Dessa forma, a política reforça a conexão entre a gestão territorial indígena e a sustentabilidade socioambiental, evidenciando o papel central desses povos na preservação dos ecossistemas e na manutenção da biodiversidade.

De acordo com Cunha e Antonello (2023), a integração de ferramentas visuais e metodologias de mapeamento participativo busca proporcionar uma compreensão mais abrangente e contextualizada das realidades locais, fomentando a elaboração de políticas sociais que sejam verdadeiramente sensíveis às particularidades das comunidades envolvidas. A participação ativa dessas comunidades configura-se como um eixo central nesse processo, assegurando que suas vozes, demandas e perspectivas sejam não apenas representadas cartograficamente, mas também incorporadas de maneira substantiva nas políticas públicas decorrentes. Essa abordagem participativa não só democratiza o processo de produção do conhecimento espacial, mas também fortalece a autonomia e o protagonismo das comunidades, promovendo uma governança mais inclusiva e alinhada com os princípios de justiça social e equidade.

Em consonância com essa perspectiva, Sato e Silva (2010) destacam que o mapeamento de territórios e grupos sociais frequentemente invisibilizados, vulnerabilizados e marginalizados exige uma postura crítica e engajada. Segundo as autoras, esses grupos lutam pelo reconhecimento de suas múltiplas identidades, que estão intrinsecamente ligadas a territorialidades diversas e específicas. “Além disso, buscam a implementação de políticas públicas que garantam sua autonomia e a proteção efetiva de seus territórios, enfrentando desafios históricos e estruturais que perpetuam sua exclusão”. (Sato e Silva, v. 13, p. 265, 2010). Essa abordagem crítica não apenas evidencia as desigualdades socioespaciais, mas

também reforça a necessidade de práticas cartográficas e políticas que valorizem a diversidade e promovam a justiça territorial.

Machado (2014) destaca que a luta central dos povos indígenas não se restringe apenas à demarcação de seus territórios, mas também abrange a gestão sustentável dos recursos naturais e culturais, visando assegurar sua preservação para as gerações futuras. A autora ressalta que, embora o mapa cultural seja uma ferramenta essencial para o planejamento territorial, a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) requer a adoção de metodologias participativas bem definidas e o uso estratégico do etnomapeamento. Esses elementos são fundamentais para garantir uma gestão territorial eficaz, que respeite e incorpore os saberes tradicionais e as demandas específicas das comunidades indígenas, promovendo, assim, a autonomia e a sustentabilidade desses povos.

Como parte desta pesquisa, utilizaremos uma das principais ferramentas da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), o etnomapeamento, cujo objetivo é promover o mapeamento participativo de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base em seus conhecimentos e saberes tradicionais (PNGATI, 2012). Essa metodologia não apenas valoriza a perspectiva indígena sobre o território, mas também fortalece sua autonomia na gestão desses espaços. Diante disso, torna-se imprescindível compreender a política indigenista brasileira, suas diretrizes, desafios e avanços, de modo a contextualizar a aplicação do etnomapeamento e sua contribuição para a promoção de uma gestão territorial mais justa, sustentável e alinhada com os direitos e necessidades dos povos indígenas. A análise realizada por Souza (2021) em seus estudos prévios sobre a implementação da PNGATI em Mato Grosso, relata que devido às mudanças significativas no cenário indigenista brasileiro, durante as décadas de 1970 e 1980, houve um notável surgimento e fortalecimento de organizações indígenas, que começaram a ter maior participação em iniciativas políticas em níveis regionais, nacionais e até internacionais.

Segundo Souza, essas transformações históricas resultaram na criação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), uma iniciativa voltada para a proteção e a gestão sustentável dos territórios indígenas. No entanto, a implementação efetiva dessa política enfrenta desafios cada vez mais complexos, principalmente devido à coexistência de um modelo desenvolvimentista em expansão. Esse modelo prioriza a construção de infraestrutura, o estímulo à urbanização e o fomento de atividades econômicas, muitas vezes em detrimento dos direitos territoriais e ambientais dos povos indígenas. Essa tensão entre a política indigenista, que busca garantir a autonomia e a

preservação cultural dessas comunidades, e a política desenvolvimentista, que privilegia o crescimento econômico, revela um cenário de conflitos e contradições. Dessa forma, a efetivação da PNGATI depende não apenas de avanços institucionais, mas também de um diálogo crítico e equilibrado entre os diferentes modelos de desenvolvimento em disputa no país.

Nesse contexto, é imprescindível priorizar a implementação efetiva da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), com o objetivo de garantir e promover a proteção, a restauração, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais presentes nesses territórios. A PNGATI representa um marco estratégico no avanço da política indigenista no Brasil, ao integrar as demandas das comunidades indígenas com as necessidades de preservação ambiental. Sua aplicação não apenas fortalece a autonomia e a gestão territorial desses povos, mas também contribui para a construção de um modelo de desenvolvimento que harmonize crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental. Dessa forma, a PNGATI emerge como um instrumento essencial para enfrentar os desafios contemporâneos e consolidar uma política indigenista verdadeiramente inclusiva e transformadora.

Dessa forma, o que se deseja alcançar com o etnomapeamento na comunidade Córrego Grande, está alinhado às diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI, 2012). Entre essas diretrizes, destacam-se o reconhecimento e o respeito às crenças, usos, línguas e tradições dos povos indígenas, bem como a valorização de suas organizações sociais e políticas. Além disso, busca-se fortalecer o protagonismo e a autonomia sociocultural dessas comunidades, garantindo que suas vozes e saberes sejam centrais no processo de gestão territorial. O etnomapeamento, portanto, não apenas cumpre um papel técnico, mas também se consolida como uma ferramenta de empoderamento, capaz de promover a justiça social e a sustentabilidade ambiental a partir da perspectiva indígena.

No estudo conduzido por Machado (2014), a autora destaca que abordagens contemporâneas de mapeamento têm sido adotadas por comunidades indígenas, que enxergam no etnomapeamento uma ferramenta estratégica para representar elementos social e culturalmente significativos de seus territórios tradicionais. Essa prática não apenas fortalece suas identidades e territorialidades, mas também reafirma sua conexão histórica e simbólica com a terra. A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), por sua vez, reconhece o etnomapeamento como um dos instrumentos centrais para

a gestão territorial, ressaltando a importância de sua aplicação por meio de metodologias participativas claramente definidas e direcionadas.

Isso é essencial para assegurar a efetividade da gestão territorial, garantindo que as necessidades e particularidades históricas de cada comunidade sejam respeitadas e integradas ao processo. Como afirma Machado (2014, p. 56), "a efetividade da PNGATI depende da capacidade de articular saberes tradicionais e práticas participativas, de modo a promover uma gestão territorial que seja, ao mesmo tempo, inclusiva e adaptada às realidades locais".

Dessa forma, o etnomapeamento emerge não apenas como uma técnica cartográfica, mas como um instrumento de empoderamento e justiça socioambiental para os povos indígenas. Ainda, segundo Machado, a luta pela demarcação dos territórios indígenas é, ainda, um dos pontos principais para garantir a sobrevivência desses povos. Mas muitas terras indígenas já estão demarcadas e passam por outros desafios para manter seus territórios com seus recursos naturais e suas representações culturais.

Apesar de possuir um caráter político intrínseco, o etnomapeamento não será utilizado neste contexto com fins meramente políticos, mas sim como uma ferramenta de reconhecimento, inclusão e visibilidade das lutas e demandas dos povos tradicionais. Seu objetivo principal é ampliar a compreensão sobre as territorialidades e os saberes dessas comunidades, contribuindo para a elaboração e implementação de políticas públicas mais justas, equitativas e adaptadas às suas realidades. Dessa forma, o etnomapeamento se consolida como um instrumento de empoderamento, capaz de promover a valorização cultural e a participação ativa desses grupos na construção de um desenvolvimento que respeite suas identidades e direitos.

3.1 MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS

A noção de múltiplos territórios transcende a visão tradicional de espaço geográfico, incorporando dimensões culturais, políticas, econômicas e sociais (Almeida, 2004). Este conceito é particularmente relevante na análise de fenômenos contemporâneos como globalização, migração e redes sociais.

O território, na geografia, é frequentemente visto como uma área delimitada por fronteiras políticas ou naturais. No entanto, a visão contemporânea amplia essa definição para incluir dimensões culturais e simbólicas. David Harvey e Doreen Massey são referências

importantes neste campo (Machado, 2014). Na sociologia e antropologia, o conceito de território é utilizado para entender como grupos sociais criam e reivindicam espaços.

Na ciência política e economia, os territórios são analisados em termos de poder e recursos. A territorialidade pode envolver disputas por soberania, controle de recursos naturais e fluxos econômicos globais (Machado, 2014). Pensadores como Henri Lefebvre e Saskia Sassen contribuem significativamente para esta discussão.

Os Bororo se autodenominam Boé, e o termo "Bororo" significa "pátio da aldeia" na língua nativa. A disposição circular das casas ao redor do pátio central é uma característica marcante das aldeias Bororo (Crepaldi, 2012). A organização social dos Bororo é complexa e inclui uma divisão em clãs e subgrupos. A vida cerimonial é central para a cultura Bororo, com rituais que incluem danças, cantos e o uso de plumagens coloridas.

Historicamente, os Bororo ocupavam uma vasta região que se estendia até a Bolívia. Hoje, eles habitam territórios descontínuos e enfrentam desafios devido ao contato com a sociedade não-indígena (Novaes, 2006). No entanto, a resistência cultural e a autonomia política têm sido fundamentais para a preservação de sua identidade. A aldeia Córrego Grande é uma das comunidades Bororo onde a cultura e os rituais tradicionais são mantidos vivos. A luta pela preservação do território e da cultura é uma constante na vida dos Bororo.

3.2 MULTITERRITORIALIDADE

A multiterritorialidade é um conceito que vai além da simples noção de territórios físicos, englobando a coexistência de diversos espaços de vivência, experiência e atuação (Denzin, 2018). Este conceito é especialmente relevante em contextos de globalização, mobilidade humana e identidades múltiplas.

A multiterritorialidade refere-se à simultaneidade e interconexão de múltiplos territórios, sejam eles físicos, culturais, econômicos ou sociais (Souza, 2021). Isso implica que indivíduos e grupos podem pertencer e interagir em diferentes espaços ao mesmo tempo. O quadro 1 mostra dimensões da multiterritorialidade.

Quadro 1 - Dimensões da Multiterritorialidade

Geográfica:	Refere-se aos diversos lugares onde as pessoas vivem, trabalham e interagem. Um exemplo seria uma pessoa que tem residência em uma cidade, trabalha em outra e mantém laços familiares em uma terceira.
Cultural:	Envolve a coexistência de múltiplas identidades culturais e práticas sociais. Migrantes que mantêm suas tradições enquanto se adaptam a novas culturas exemplificam essa dimensão.
Econômica:	Refere-se à interdependência e interconexão de mercados e atividades econômicas em diferentes territórios. Empresas multinacionais operam em vários países e influenciam economias locais e globais.
Social:	Inclui as redes sociais e comunitárias que atravessam fronteiras físicas. As redes sociais online são um exemplo moderno de multiterritorialidade, onde indivíduos interagem em espaços digitais que transcendem fronteiras geográficas.

Fonte: Souza (2021)

A multiterritorialidade é um conceito fundamental para entender as dinâmicas de um mundo globalizado (Souza, 2021). Ele oferece uma visão ampla e inclusiva das formas como as pessoas e as comunidades se organizam e se relacionam em um cenário de crescente mobilidade e interconectividade.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa está inserida no método dialético é uma abordagem filosófica e científica que busca compreender a realidade por meio da análise das contradições e interações entre os fenômenos. Ele tem raízes na filosofia grega antiga e foi desenvolvido ao longo do tempo, Platão, desenvolveu a dialética como método de diálogo e busca pela verdade (Cabral, 2025).

Na abordagem qualitativa, caracterizada por seu caráter interpretativo, é uma metodologia de pesquisa que busca compreender os fenômenos em profundidade, considerando

contextos, significados e interações sociais. Ela foca na análise de dados não numéricos, como entrevistas, observações, documentos e relatos pessoais, valorizando a subjetividade e a interpretação (Godoym, 1995).

Segundo Antônio Carlos Gil (1991), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever as características de uma população, fenômeno ou experiência. Ela busca observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou variáveis sem manipulá-los. Esse tipo de pesquisa é amplamente utilizado em estudos que envolvem levantamento de dados, como pesquisas de opinião, estudos de mercado e análises socioeconômicas. (Gil, 1991) destaca que a pesquisa descritiva pode ser utilizada para identificar relações entre variáveis. Estudar características de grupos, como idade, gênero, escolaridade, entre outros. Levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população.

A etapa inicial envolve uma investigação em fontes bibliográficas, onde realizamos uma revisão sistemática da literatura existente sobre o tema para contextualizar o estudo (Etnografia, mapeamento, participação, cartografia e território social). A segunda etapa consiste em reuniões com os membros da comunidade da aldeia Córrego Grande para discutir e planejar o estudo, em seguida, a definição de lugares significativos, identificando os primeiros locais a serem mapeados e as narrativas associadas a eles.

A terceira etapa da pesquisa, ainda em campo, envolve a coleta de dados com a participação ativa da comunidade, utilizando métodos como observação participante, registros fotográficos e audiovisuais. Além disso, serão realizadas entrevistas semiestruturadas, visando a coleta de dados para a pesquisa. Por fim, realizaremos a integração dos dados cartográficos e dados geográficos, combinando os dados coletados em campo com informações geográficas e representações cartográficas, proporcionando uma visão abrangente do território e das perspectivas da comunidade.

Área de estudo, Arilda Schmidt Godoym em 1995 seu artigo irá explorar e desenvolver diferentes possibilidades de pesquisa qualitativa, como estudos de caso, etnografia e pesquisa documental. A pesquisa documental é realizada Contextualização Teórica é utilizada para reunir embasamento teórico, por meio de análise de textos acadêmicos, artigos e dissertações.

O estudo de caso analisa os diferentes fatores ambientais que envolvem comunidades indígenas e situação em que o estudo se insere, como fatores sociais, culturais, históricos e econômicos. A etnografia busca compreender práticas, crenças e interações sociais a partir da

perspectiva dos participantes, adotará uma abordagem etnográfica participativa, que valoriza a colaboração ativa dos sujeitos pesquisados no processo de produção do conhecimento. Essa metodologia consiste na exploração de fenômenos, indivíduos e situações em seu contexto natural, buscando compreender as vivências, sentimentos e percepções dos indivíduos, em vez de se restringir a números e dados estatísticos (Godoy, 1995).

Para a construção do corpus de análise, em primeiro momento, serão analisados os documentos oficiais oriundos das três esferas governamentais: União, Estado e Município, além de documentos que delegam diretrizes sobre o território indígena objeto deste estudo. Serão também consideradas as normas para pesquisas com povos indígenas, conforme a Resolução 304/00 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2000). Neste mesmo contexto, analisaremos os documentos que versam sobre a Resolução 510/16 e o marco legal para a mitigação de conflitos, incluindo o Decreto nº 7.747 de 2012, que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) (Brasil, 2012).

Uma fase importante do projeto envolve encontros de planejamento com os integrantes da comunidade de Córrego Grande, com o intuito de elaborar propostas e identificar os pontos iniciais que eles gostariam que fossem mapeados, além das histórias relacionadas a esses lugares. Também será realizada uma visita a campo, seguida do processamento e registro das informações obtidas por meio dos relatos e entrevistas, cuja finalidade é identificar áreas dedicadas ao descanso, moradia, rituais, lazer, trabalho, misticismo, caça, coleta, entre outros.

Neste mesmo contexto, faremos oficinas de técnicas de etnomapeamento com desenhos livres, envolvendo a comunidade na criação de mapas e, após a produção desses mapas, realizaremos a integração de dados e a construção de um relatório descritivo com técnicas detalhadas, que dependem da observação e dos relatos de vivências. Geralmente, esses mapas desenham figuras e símbolos em grandes folhas de papel para ilustrar características topográficas e vários locais do ponto de vista da comunidade. Além da coleta de dados e produção de mapas sociais, utilizaremos também tecnologias participativas como imagens de satélite e aplicativos móveis.

Reforçamos que a pesquisa realizará levantamentos de campo com participação comunitária, incluindo representações espaciais e desenhos, ou seja, a pesquisa de campo contará com o envolvimento direto da comunidade, visando a representação espacial e o mapeamento colaborativo. Acreditamos que, com nossos estudos e análises, a comunidade

indígena em questão consiga ter suas necessidades reconhecidas e atendidas, ao invés de serem ignoradas como tem ocorrido no processo de demarcação (Almeida, 2004). É importante ressaltar que cada Terra Indígena possui realidades e características distintas.

Diante disso, torna-se imprescindível seguir rigorosamente cada etapa da pesquisa, uma vez que o mapeamento social, nesse contexto, transcende a mera elaboração de mapas. Ele se configura como um processo colaborativo e transformador, cujo objetivo é fortalecer a identidade dos grupos envolvidos e refletir suas experiências e vivências de forma autêntica e significativa (Ramos, 1998).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: UFAM, 2004.

ALMEIDA, Ítalo D'Artagnan. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] – Recife : Ed. UFPE, 2021.(Coleção Geografia).

BARROS, Lucyana Pereira et al. **Etnomapeamento como instrumento de apoio à classificação da tipologia florestal nas terras indígenas Uaçá, Galibi e Juminã, no estado do Amapá**. XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento remoto. Foz do Iguaçu, p. 13-18, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, art. 231.

BRASIL. Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 jun. 2012.

BRASIL. Resolução nº 304/00 do Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 2000.

CABRAL, João Francisco Pereira. "**Dialética como ciência suprema e a noção de Simulacro em Platão**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/dialetica-como-ciencia-suprema-nocao-simulacro-platao.htm>. Acesso em 02 de março de 2025.

CREPALDI, Gabrielle Balbo et al. **Alimentação indígena em Mato Grosso: educação ambiental e sustentabilidade entre etnias de estudantes da Faculdade Indígena Intercultural**. 2012. Tese de Doutorado. UNEMAT.

CUNHA, Caio Cezar; ANTONELLO, Ideni Terezinha. Cartografia social e mapas afetivos: uma proposta metodológica para as políticas sociais. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 9, n. 2, p. e48840-e48840, 2023.

DA FONSECA, Carolina Ferreira. Cartografia social, terra e território. In: ACSELRAD, H. (Org.). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013. Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 16.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **The Sage Handbook of Qualitative Research**. 5. ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antônio Carlos Gil. — 3. ed. — São Paulo : Atlas, 1991. Bibliografia ISBN 85-224-0724-X.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. Mai./Jun. 1995. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29. Disponível em > [https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf & form=MG0AV3](https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&form=MG0AV3) acesso 02 março de 2025.

GOROSTIAGA, J., Paulston, R. G. **Cartografia Social**, 2010.

MACHADO, Meline Cabral. **Mapeamento cultural e gestão territorial de terras indígenas: o uso dos etnomapas**, 2014.

NOVAES, S. C. Funerais entre os Bororo: imagens da refiguração do mundo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 283-315, 2006.

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br>> Acesso em: 16 de fev. de 2025.

RAMOS, Alcida Rita. **Indigenismo: Ethnic Politics in Brazil**. Madison: University of Wisconsin Press, 1998.

RAFFESTIN, Claudio. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SERPA, Paulo. **Povos indígenas no Brasil, última atualização em 2024**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo> Acesso em: 08 de fevereiro de 2025.

SILVA, Regina; SATO, Michele. Territórios e identidades: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso-Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, p. 261-281, 2010.

SOUZA, F. P.; MEDEIROS, H. Q. **A implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) em Mato Grosso**, Brasil, 2021.

TEIXEIRA, Tiago Roberto Alves; ANDRADE, Áurea. O conceito de território como categoria de análise. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**, Porto Alegre/RS, 2010.

TOMAZ, A. D. F.; BARROS, J. N.; MARQUES, J. Povos indígenas do Nordeste, territorialidades e movimentos no projeto de transposição do Rio São Francisco: análise de uma cartografia social. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013. p. 275-318.